

Confira o resultado da Escolha Paritária nas unidades

Nomes	CEUMA	COSEAS	CSEB	ECA	EE	EEFE	EERP	EP	ESALQ	FAU
Ada Pellegrini Grinover	4,5	10	0	67,9	124,2	63,9	9	34,1	0	6,5
Adolpho José Melfi	0	0	0	61,2	0	4,5	26,3	15,8	904,1	26,3
Antonio Marcos de Aguirra Massola	13,5	34,5	4,5	40,3	45,6	211,9	3	699,9	315,3	26,3
Erney Felício Plessmann de Camargo	0	0	0	15,8	5,5	1	12,8	79,8	239,4	33,1
Gil da Costa Marques	0	4,5	0	19,3	2	4,5	0	19,3	149,2	42,9
Hernan Chaimovich Guralnik	4,5	4,5	4,5	1	0	17,3	4,5	1	278,1	21,8
Jair Borin	94,5	103,5	243	706	673,8	127,8	63,9	345,9	584	334
Magda Maria Sales Carneiro Sampaio	0	9	0	1	177,8	66,9	0	15,8	35,5	2
Tupã Gomes Corrêa	0	4,5	0	97,1	0	13,8	0	3	25,8	0
Branco	0	2	4,5	65,7	11	2	17,3	38,1	116,4	38,4
Nulo	4,5	3	4,5	19,5	22,5	57,8	0	53,9	149,2	19,5
Total Geral Votos	121,5	175,5	261	1094,8	1062,4	571,4	136,8	1306,6	2797	550,8

Nomes	FCF	FD	FE	FEA	FEARP	FFCLRP	FFLCH	FM	FCF	FD
Ada Pellegrini Grinover	172,5	134,5	17,3	17,8	3	168,3	164,3	88	10	0
Adolpho José Melfi	21,8	15,5	23,5	25,6	2	48,6	67,7	70,2	4,5	0
Antonio Marcos de Aguirra Massola	137,9	27	23	28,6	6	33,5	92,6	35,1	39,8	0
Erney Felício Plessmann de Camargo	71,5	9	10	0	0	27,6	60,4	60,4	0	0
Gil da Costa Marques	59,4	0	30,8	95,6	0	35,1	67,3	24,8	18,8	0
Hernan Chaimovich Guralnik	80,5	4,5	19,3	31,1	2	76,5	119,4	98,6	1	0
Jair Borin	209,2	246,6	734	222,3	9	376,6	1641,1	251,9	98,8	38,4
Magda Maria Sales Carneiro Sampaio	62,2	6,5	43,8	0	0	11,5	65,8	214,9	0	0
Tupã Gomes Corrêa	4,5	0	0	1	0	2	17	39,4	0	0
Branco	73,9	2	14,8	0	4	115,8	71,7	7	2	0
Nulo	64,4	10	12	5,5	1	48,1	213,8	17,5	13,8	0
Total Geral Votos	957,8	455,6	928,5	427,5	27	943,6	2581,1	907,8	188,7	38,4

Nomes	FO	FOB	FORP e FCFRP	FSP	HU	IB	ICB	IF	IGC	IME
Ada Pellegrini Grinover	22,8	48,6	22,8	62,9	40,5	40,4	56,4	100,5	49,1	99,8
Adolpho José Melfi	5	32,5	29,3	48,1	85,5	11	38,4	5,5	242,2	23,8
Antonio Marcos de Aguirra Massola	15,8	120,2	5,5	44,3	143,3	0	30,1	28,6	17,3	85,4
Erney Felício Plessmann de Camargo	3	30,8	31,1	50,4	9	18,8	69,9	63,2	9	0
Gil da Costa Marques	2	9	25,6	22,5	84,8	5,5	1	194,5	5,5	38,6
Hernan Chaimovich Guralnik	28,6	29,8	6	17,3	13,5	0	45,9	14,8	0	13,8
Jair Borin	49,8	37,1	38,8	422,4	382,5	241,8	85	526,8	346,4	630,6
Magda Maria Sales Carneiro Sampaio	32,6	136,8	4	100,3	45	6,5	284,9	6,5	10	24,3
Tupã Gomes Corrêa	1	9	0	12,8	9	0	4,5	0	0	13,8
Branco	1	23	2	9	22,5	0	6,5	44,9	21	39,6
Nulo	15,8	9	3	26,3	36	7,5	366,1	92,5	25,3	25,5
Total Geral Votos	177,4	485,8	168,1	816,3	871,6	331,5	988,7	1077,8	725,8	995,2

Nomes	IO	IP	IQ	MAC	MAE	MP	MZ	PCARP	PCO	RUSP	São Carlos
Ada Pellegrini Grinover	34,6	2	125,2	4,5	21,8	0	12,8	0	13,5	19	90,4
Adolpho José Melfi	17,3	18,3	24,5	13,5	13,5	21,8	12,8	0	22,5	1	17,5
Antonio Marcos de Aguirra Massola	30,1	2	35,6	31,5	0	18	18	13,5	90	14,5	34,8
Erney Felício Plessmann de Camargo	13,5	12,8	25,6	0	17,3	0	53,3	0	9	0	1
Gil da Costa Marques	43,6	3	30,1	13,5	4,5	9	4,5	4,5	184,5	4,5	11,5
Hernan Chaimovich Guralnik	0	19	243,4	0	60,2	4,5	13,5	0	4,5	4,5	6
Jair Borin	97,6	142,5	127,5	111,8	130	130,5	35,3	119	589,5	138	308,8
Magda Maria Sales Carneiro Sampaio	17,3	29,6	10	0	13,5	4,5	4,5	0	31,5	9	8,5
Tupã Gomes Corrêa	0	0	21,8	4,5	4,5	0	9	0	9	0	2
Branco	4,5	3	12,8	0	0	9	4,5	4,5	18	1	77,3
Nulo	0	20,3	4,5	13,5	9	40,5	4,5	11	94,5	2	96,5
Total Geral Votos	258,5	252,5	661	192,8	274,3	237,8	172,7	152,5	1066,5	193,5	654,3

Fórum das Seis aprova moção de apoio à greve das universidades federais

O Fórum das Seis aprovou, na semana passada, moção de apoio à greve de funcionários e docentes das universidades federais. De acordo com a moção, a gestão do ministro Paulo Renato “não apenas não recompôs as perdas salariais dos servidores dessas instituições nos últimos cinco anos, como tem procurado substituir salários por gratificações, desestruturando a carreira”. Leia abaixo o texto integral do Fórum das Seis, intitulado “Moção de Apoio à Greve das Instituições Federais de Ensino”:

“As instituições federais de ensino superior já foram responsáveis pela quase totalidade do ensino universitário no Brasil. O ensino nessas instituições é público, gratuito e de qualidade. Hoje porém, como consequência da perversa política de desobrigação do Estado para com suas funções

sociais em vigência nos governos que se sucedem desde os tempos da ditadura, elas respondem por apenas cerca de 50% das vagas em cursos de graduação no país, enquanto as demais agora se encontram nas organizações privadas. Uma das formas mais eficazes para operar essa irresponsável substituição da coisa pública pelo interesse privado tem sido o constante aviltamento salarial dos

seus servidores docentes e técnico-administrativos.

Porém, o ataque às universidades federais não tem precedente. A gestão do ministro Paulo Renato não apenas não recompôs as perdas salariais dos servidores dessas instituições nos últimos cinco anos, como tem procura-

do substituir salários por gratificações, desestruturando a carreira para, assim, burlar as responsabilidades previdenciárias inerentes e fundamentais aos princípios que regem o serviço público nos estados modernos.

Por esses motivos o Fórum da Seis, que congrega as entidades representativas dos docentes e funcionários (Adunesp, Adusp, Adunicamp, Sintunesp,

Sintusp, STU e Sinteps), das três universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp) e do Centro Paula Souza, manifesta seu apoio irrestrito à greve em curso nas universidades federais, e exige a imediata retomada das negociações pela reposição dos salários de seus servido-

res por parte do governo federal.

Denunciamos também a postura retrógrada, intransigente e coercitiva, a exemplo do inconcebível não pagamento dos salários de setembro, que o ministro Paulo Renato tem adotado em relação ao movimento dos servidores. Consideramos essa atuação incompatível com sua formação de professor universitário, de ex-presidente da Adunicamp, e com as responsabilidades de um Ministro de Estado.

• PELO IMEDIATO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS RETIDOS

• POR NEGOCIAÇÕES JUSTAS, RESPONSÁVEIS E EFETIVAS COM AS CATEGORIAS EM GREVE

• PELO ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE EM TODOS OS NÍVEIS PARA TODA A POPULAÇÃO.

São Paulo, 17/10/2001”

“Denunciamos também a postura retrógrada, intransigente e coercitiva que o ministro Paulo Renato tem adotado”

Reitoria abre nova sindicância contra estudantes

A Reitoria abriu nova sindicância contra estudantes. Desta vez, o alvo são oito dos 250 estudantes que participaram, no dia 4/9, do ato que obrigou o Reitor a retirar da pauta da reunião do Conselho Universitário (CO) — que se realizou naquela data — a proposta de regulamentação das fundações na USP.

Os alunos indiciados estão sendo chamados a depor na Reitoria. O estudante de filosofia Luis Cláudio Messa Longo explica que a Reitoria quer esclarecimentos sobre a legalidade do ato, alegando que ele feriu o direito de ir e vir dos conselheiros. Também pergunta-se sobre eventuais agressões a docentes.

Segundo os estudantes, quem teria de reclamar de violência são eles próprios. “Fomos tratados com hostilidade pela Guarda Universitária”, comenta Laura Cybalista, atingida por um segurança durante o protesto. Como lembra Luis Cláudio, a intenção dos estudantes era impedir a entrada dos conselheiros e conversar com eles antes do início da reunião do CO, já que a comunidade não teve oportunidade de debater a proposta de regulamentação.

Dois diretores do Sintusp, Nely Wada e Claudionor Brandão, também foram chamados a depor, o que sugere que podem vir a ser processados.

Processo

No dia 26/6, a tentativa do Reitor de aprovar a proposta de regulamentação, sem qualquer consulta à comunidade, já havia motivado os estudantes a ocupar o CO. Depois disso, a Reitoria promoveu uma sindicância, que resultou em processo administrativo contra sete estudantes, que se baseia no regimento disciplinar da Universidade, imposto pela ditadura militar.

O advogado José Paulo Dias encaminhou no dia 16/10 a defesa dos estudantes, argumentando que eles não podem ser responsabilizados por um ato coletivo, decidido em assembleias do movimento estudantil.

MEC volta a negociar

Os professores federais, em greve desde 22/8, consideraram a proposta apresentada pelo MEC no dia 17/10 como um avanço. Roberto Leher (pres. do Andes), disse ao *Informativo Adusp* no dia 18/10 que o fato de o MEC voltar a dialogar com os grevistas assinala uma vitória política.

“A manutenção da contratação de docentes no RJU é um ponto positivo na nova proposta”, disse Leher. No entanto, a proposta do governo de reajustar em 30% as gratificações (GED e GID) não satisfaz os grevistas.

“É preciso que as gratificações sejam incluídas no salário base” e, além disso, “que sejam pagos os salários retidos para viabilizar a retomada das negociações”, explica Leher.

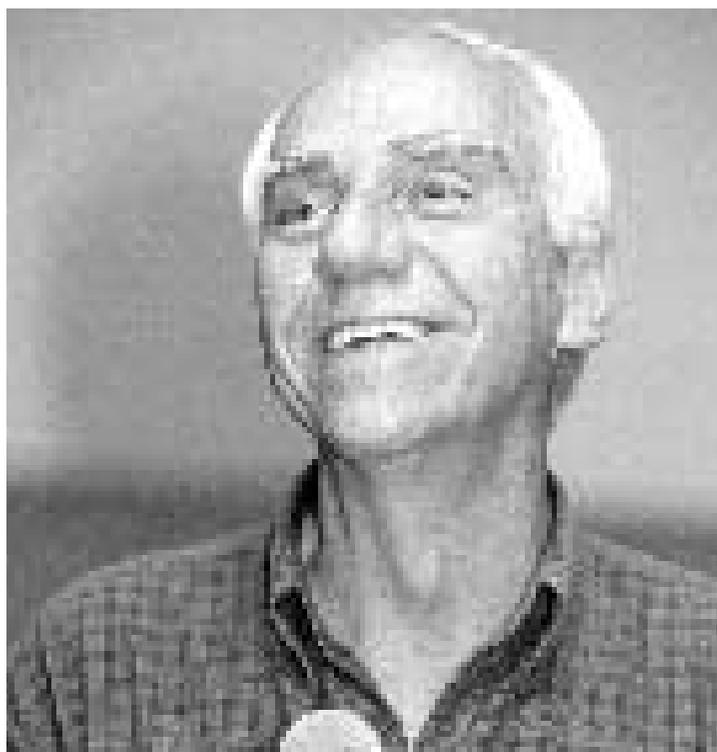
Professor Jair Borin é o vencedor da Escolha Paritária do Reitor

A Escolha Paritária do Reitor — realizada nos dias 17 e 18/10 pelas entidades que representam docentes, funcionários e estudantes da USP — teve como vencedor o professor Jair Borin, chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA). A votação foi realizada em todas as unidades e campi da Universidade.

Para que exista paridade entre as três categorias, numericamente desiguais (cerca de 60.000 estudantes, 13.200 funcionários e 4.700 professores), cada uma delas deve responder por um terço do total de votos.

O número de estudantes foi considerado como base do cálculo; assim, cada voto de docente foi multiplicado pelo fator 12,8; e o de funcionário, por 4,5. Participaram da consulta 6.399 pessoas, num total de 26.459 votos paritários.

O professor Jair Borin foi eleito pelas três categorias. Recebeu 360 votos dos docentes (4.608 paritários), 1.196 votos dos funcionários (5.410 paritários) e 1.778 votos dos estudantes (também 1.778 paritários), alcançando um total geral de 3.334 votos di-



retos ou 11.796 paritários.

A segunda e a terceira colocações ficaram com o professor Antônio Marcos de Aguirra Massola (2.597 votos paritários) e Ada Pellegrini Grinover (2.134 votos paritários).

Percentuais

Os percentuais relativos de votação são os seguintes: Jair Borin, 44,6%; Antonio Masso-

la, 9,8%; Ada Pellegrini, 8,1%; Adolpho Melfi, 7,6%; Magda Sampaio, 5,6%; Hernan Chaimovich, 4,9%; Gil Marques, 4,8%; Erney Plessman, 3,9%; Tupã Gomes Corrêa, 1,2%. Brancos e nulos somam 9,5%.

No cômputo geral, portanto, o professor Borin recebeu mais votos do que o correspondente à soma dos votos de todos os demais candidatos.

O processo institucional de escolha do Reitor da USP será realizado nos dias 24/10 em primeiro turno e 9/11 em segundo turno. Ele é levado a cabo por um colégio eleitoral restrito, que inicialmente compreende o Conselho Universitário, os quatro conselhos centrais e as congregações da USP, num total inferior a 1.400 pessoas (menos de 2% da comunidade), e no segundo turno é reduzido para cerca de 280 pessoas.

Desse processo resulta uma lista com três nomes, enviada ao governador do Estado, que decide quem ocupará a Reitoria por quatro anos.

A Adusp, conforme deliberado em assembléia, conclama todos os docentes com direito a voto no colégio eleitoral a respeitarem o resultado da Escolha Paritária, sufragando o nome do vencedor, professor Jair Borin.

Plebiscito

A Escolha Paritária do Reitor foi realizada concomitantemente com a primeira fase do Plebiscito do 4º Congresso da USP, cujos resultados serão divulgados no decorrer desta semana.

	T. Docente	T. Par. Docente	T. Func.	T. Par. Func.	T. Aluno	Total Geral	Total G. Paritário	Percentuais
Ada Pellegrini Grinover	97	1242	154	703	189	440	2134	8.1%
Adolpho José Melfi	72	922	219	986	94	385	2002	7.6%
Antonio Marcos de Aguirra Massola	86	1101	282	1272	224	592	2597	9.8%
Erney Felício Plessmann de Camargo	55	704	66	300	40	161	1044	3.9%
Gil da Costa Marques	44	563	143	646	67	254	1276	4.8%
Hernan Chaimovich Guralnik	73	934	64	291	70	207	1295	4.9%
Jair Borin	360	4608	1196	5410	1778	3334	11796	44.6%
Magda Maria Sales Carneiro Sampaio	50	640	166	754	98	314	1492	5.6%
Tupã Gomes Corrêa	10	128	35	154	27	72	309	1.2%
Branco	34	435	71	321	135	240	891	3.4%
Nulo	56	717	160	723	184	400	1624	6.1%
Total Geral Votos	937	11994	2556	11559	2906	6399	26459	100.0%

Candidatos a Reitor divergem sobre fundações e eleições diretas

Os debates organizados pelas entidades e realizados nos dias 15 e 16/10 revelaram as diferentes propostas dos candidatos a Reitor ou Reitora para as questões que mais mobilizam e envolvem a comunidade da USP.

Quase todos os candidatos compareceram a pelo menos um dos debates: Ada Pellegrini Grinover, Adolpho Melfi, Antonio Marcos Massola, Erney Plessman Camargo, Gil Marques, Hernan Chaimovich, Jair Borin, Magda Carneiro Sampaio. A exceção foi o professor Tupã Gomes Corrêa.

O primeiro debate, realizado no auditório da FAU, tratou de “Propostas Gerais e Estrutura de Poder”. O segundo, no auditório Abrahão de Moraes, do IF, teve como temas “Fundações e Acesso”. Em ambas as ocasiões, no entanto, duas questões se fizeram fortemente presentes: as sindicâncias e o processo administrativo abertos pela Reitoria contra um grupo de alunos e os problemas ligados ao acesso à universidade (vestibular, cotas etc.).

Poder

No debate da FAU, os candidatos foram muito questionados sobre sua posição a respeito da proposta de eleições diretas, paritárias, para Reitor, que constitui bandeira histórica do movimento de docentes, funcionários e estudantes da USP.

O professor Chaimovich colocou-se contra as diretas para Reitor, por entender que “na eleição paritária se perde a interação entre representação e academia” e que “no interior da universidade o conceito de democracia está sustentado pela responsabilidade transferida para a universidade da sociedade, e portanto não existe uma transposição linear ‘democracia na socie-



Debate de 16/10 no Instituto de Física

dade — vamos usar o mesmo mecanismo dentro da universidade’ ”.

O professor Borin defendeu as eleições diretas e a instituição de uma Estatuinte, que no seu entendimento pode ser convocada pelo Reitor, como formas de conduzir à partilha do poder e à democratização da USP. Para ele, a USP mantém relacionamento pouco democrático “seja com o público externo, seja com o interno”.

O professor Plessman disse entender que os reitores têm sido reféns da “corte”, isto é, “de vários grupos, dos amigos do poder”, que teriam interesse em impedir as necessárias reformas na universidade, como a abolição do papel centralizador da CERT e a implantação de um “controle rigoroso das fundações”.

Reformas

A avaliação geral da USP polarizou, de certo modo, o debate. Assim, o professor Chaimovich afirmou que ela é “uma universidade que deu certo” e que “cumpre seu papel”, e o professor Marques disse que “a USP não precisa de uma grande reforma, mas de aperfeiçoamentos”. Os demais, porém, defenderam em maior ou menor grau a necessidade de reformas.

Para o professor Massola,



Debate de 15/10 na FAU

“a USP tem um problema muito grande de morosidade”, necessitando de uma reforma administrativa. Para a professora Ada, “a USP precisa, sim, de uma grande reforma” e o Estatuto deve ser profundamente modificado, cabendo ao CO decidir se por meio de uma Estatuinte ou comissões representativas.

No entender do professor Borin, “a USP vai mal e é excludente”, o Estatuto de 1988 manteve o sistema vigente em 1967 e “a cátedra não foi abolida”, o que teria resultado num sistema em que o poder é exercido por um “mandarinato”.

Surpresa

A professora Magda defendeu a necessidade de maior valorização do envolvimento dos docentes com a graduação, e de valorização do próprio docente, reformulando-

se a carreira (que deve ser aberta até o topo) e resgatando-se o sentido do RDIDP. Disse que a USP precisa passar por um “planejamento estratégico” e que há necessidade de maior participação dos professores doutores, dos funcionários e estudantes.

Ao responder a uma pergunta sobre as perseguições da Reitoria aos estudantes, a professora Ada surpreendeu. “Entendo as razões que fizeram com que houvesse atos de ocupação do CO, no sentido de que parecia claro que eram necessários dados mais transparentes sobre as atividades das fundações, de maneira que eu posso entender perfeitamente que aquilo foi um ato de revolta com relação a um espaço que não foi concedido à comunidade acadêmica para debater”, disse ela.

“Os excessos a que se chegou durante a greve no cam-



Debate em Piracicaba, 10/10

pus de São Paulo com relação a piquetes impeditivos também a meu ver foram o resultado de uma falta de negociação aberta e clara entre o Cruesp e o Fórum das Seis para que esses índices fossem apreciados efetivamente de comum acordo”, acrescentou. Essa manifestação contradiz declarações anteriores da professora.

Acesso

No debate do IF, o professor Borin destacou a necessidade de se aumentar o número de vagas e enfatizou a necessidade de revalorização do docente.

O professor Chaimovich disse que o vestibular “é uma máquina cruel”, que “desseleciona talentos”. Declarou-se contrário às cotas étnicas.

Para o professor Marques, aumentar o número de vagas e cursos é o caminho para diminuir a pressão sobre a USP. Ele disse que o sistema de cotas étnicas parte de uma visão equivocada do problema. “Não admito a idéia de que qualquer grupo racial seja inferior a outro do ponto de vista de quociente de inteligência”.

A professora Magda criticou as cotas étnicas, dizendo-se favorável a um sistema que incorpore os “melhores alunos das escolas públicas”. Também a professora Ada pronunciou-se contra cotas.

O modelo de universidade aberta recebeu críticas de ambas. De acordo com Magda, o sistema aberto não tem bons resultados no México, Espanha e Argentina, onde

menos de 10% dos alunos chegam a formar-se e as aulas práticas de Medicina, por exemplo, são precárias.

Fundações

De acordo com o professor Chaimovich, dentre as fundações que atuam na USP existem aquelas que são “casos de Promotoria”. Ele disse que o poder político precisa residir nas unidades e não nas fundações e que deve haver transparência total.

“Os problemas de hoje são os mesmos da sucessão de 1997”, disse o professor Plesman, para concluir que eles não foram resolvidos e que já poderia haver uma regulamentação correta das fundações.

“Houve um descontrole total das fundações”, admitiu o professor Melfi. Sobre algu-



Votação na FFLCH

mas, o controle deve incidir “também sobre as finalidades, para saber se não colidem com os interesses da universidade”. “Deve-se melhorar os mecanismos de controle e não acabar com as fundações”, declarou. Ele disse que a fiscalização dos repasses é deficiente, mas alegou que os recursos provenientes das fundações poderiam gerar um fundo para melhorar a estrutura da USP.

O professor Massola reconheceu que o assunto não foi debatido pela comunidade e lembrou que uma decisão do CO, de 1989, definindo apresentação de relatórios anuais pelas fundações, não vem sendo cumprida. Informou que os valores de repasses recentemente divulgados pela Codage (ver p. 3) estão errados

e que a FUSP recolhe muito mais que as demais fundações. “Falta controle administrativo”, declarou.

O professor Borin condenou as facilidades concedidas às fundações privadas na USP. “Um McDonald’s cobra para franquear 500 mil dólares, enquanto aqui qualquer grupo de professores pode usar uma franquia de 66 anos, construída por professores, alunos e funcionários. Não paga quase nenhum tostão à universidade, e o faz sem nenhum controle”.

Tanto a professora Magda quanto o professor Borin, em resposta a questionamentos do público, defenderam o arquivamento do processo e sindicâncias instaurados pela Reitoria contra os estudantes.

Magda e Hernan manifestaram apoio à realização da Escolha Paritária do Reitor

Na quinta-feira 11/10, às 18h00, o presidente da Adusp, professor Ciro Teixeira Correia, recebeu para uma conversa previamente solicitada a professora Magda Carneiro Sampaio, candidata a Reitora da USP.

Como quando das visitas da professora Ada Pellegrini e do professor Gil Marques, essa também foi uma oportunidade para se tratar de forma franca e abrangente os problemas e desafios a serem superados para que

a universidade encontre mecanismos mais democráticos de gestão e maior abrangência na sua intervenção na sociedade.

A professora Magda manifestou-se favoravelmente à decisão das entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes de aferir o desejo da comunidade quanto ao novo Reitor, concordando em submeter seu nome ao processo de Escolha Paritária conforme organizado pela Adusp, Sintusp, DCE e APG, embora

pessoalmente sua opção fosse pela votação em até três candidatos, ao contrário do decidido pelas categorias.

No dia 15/10, antes do início do debate sobre “Propostas gerais e estrutura de poder” que ocorreu na FAU (veja matéria nesta edição), foi o professor Hernan Chaimovich que expressou seu entendimento de que a iniciativa das entidades em organizar a escolha pela comunidade é importante e merecedora de seu apoio.

CPI considera irregular contrato da FIA com Prefeitura de Limeira

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída pela Câmara Municipal de Limeira para investigar contrato firmado entre a Prefeitura e a Fundação Instituto de Administração (FIA) aprovou no dia 17/10 seu relatório final. Por quatro votos a favor a um, a CPI considerou irregular a contratação da fundação pelo prefeito Pedro Khül, por 449.648 reais, para elaborar uma proposta de reforma administrativa do executivo municipal. O professor da USP Isaías Custódio foi o coordenador do projeto, e quem assinou o contrato em nome da FIA.

No seu relatório, o vereador José Joaquim Raposo

(PV) afirma que o contrato está “eivada de irregularidades”. São seis acusações diferentes. As principais referem-se à dispensa de licitação na escolha da FIA e à não realização, pela Prefeitura de Limeira, de uma pesquisa de preços. A fundação também teria que ter apresentado uma justificativa do valor cobrado pelo serviço, e o contrato não foi enviado à Câmara, como determina a lei municipal.

O relatório questiona a própria definição da fundação como sem fins lucrativos. Para o vereador Raposo, “causa estranheza o fato de uma fundação sem fins lucrativos, ligada a uma universidade estadual bancada

com dinheiro público, cobrar valores tão altos (quase meio milhão de reais) para a realização do projeto.”

O professor Custódio não foi localizado para comentar a decisão da CPI.

Fipecafi citada

Outra fundação ligada à USP também está envolvida no caso. A Fipecafi é citada como uma das “empresas” (termo usado no relatório) que teriam sido consultadas para a realização do serviço. Entretanto, a proposta da Fipecafi não foi protocolada, não estando registrada em nenhum documento oficial do processo de contratação, que ocorreu em 2001.

Segundo o professor Edison Castilho, que depôs em nome da Fipecafi, o documento não teria sido protocolado quando entregue por um motoboy. Em depoimento à CPI, o superintendente técnico-legislativo da Prefeitura, Fernando Luís de Camargo, afirmou que “poderia ter ocorrido de a própria FIA-USP ter obtido as outras duas propostas”, o que comprometeria a lisura da licitação.

Com a aprovação do trabalho do relator, a comissão, conhecida como “CPI da FIA-USP”, encerrou seus trabalhos. A documentação reunida pela CPI será enviada ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado.

Codage revela valores dos repasses das fundações

Dados divulgados são contraditórios e sofrem contestação

A Coordenadoria de Administração Geral (Codage) divulgou pela primeira vez, na reunião de 9/10 do Conselho Universitário, os números oficiais dos repasses efetuados pelas fundações privadas à USP, relativos aos anos de 1999, 2000 e 2001 (até julho). O professor Hélio Nogueira da Cruz, coordenador da Codage, também enviou esses dados à *Revista Adusp*, que os solicitara no dia 5/7.

Os números apresentados pela Codage estão agrupados em duas contas: “Recolhimentos das fundações de apoio à USP no Fundo de Taxas de Convênio (overhead)” e “Recolhimentos das Fundações de Apoio à USP para Unidades de Ensino e HCAC”.

As cifras relacionadas nas tabelas da Codage confirmam que o montante dos repasses das fundações privadas é irrisório quando comparado à receita dessas entidades. De fato, em 1999 as vinte e duas

fundações listadas pela Codage teriam repassado à USP um total de R\$ 9,465 milhões; em 2000, R\$ 13,590 milhões; e em 2001, até julho, R\$ 6,614 milhões.

A título de comparação:

1) Os repasses das vinte e duas fundações no período 1999-julho de 2001 somam R\$ 29,67 milhões. A receita de uma única fundação, a Fipecafi, no ano de 2000, foi quase igual: R\$ 29,75 milhões.

2) O orçamento da USP foi de R\$ 918 milhões em 1999 e R\$ 1,173 bilhão em 2000. Portanto, os repasses feitos pelas fundações representaram, respectivamente, apenas 1% e 1,5% do total do orçamento.

Dados incorretos

Também se pode constatar que os dados da Codage relativos a certas fundações de grande e médio porte estão superestimados. Assim, enquanto a Codage informa

REPASSES DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS (em R\$)			
ANO	Taxas de convênios	Repasses para unidades	Totais anuais
1999	1.489.069	7.976.042	9.465.111
2000	3.566.373	10.024.542	13.590.915
2001*	1.886.894	4.727.188	6.614.082
Totais do período	6.942.336	22.727.772	29.670.108

Fonte: Codage * Até julho

que a FIA recolheu um total de R\$ 2,851 milhões à USP em 2000, entre taxas de convênios e repasses à FEA, a informação oficial da própria fundação é de que esse valor foi de R\$ 2,3 milhões. Ou seja, uma diferença de meio milhão de reais a menos!

Estão incorretos, igualmente, os valores atribuídos aos repasses da Fundação Vanzolini no ano 2000. Enquanto a Escola Politécnica informa que o total dos repasses realizados pela fundação naquele ano foi de R\$ 728.472 reais, a Codage

menciona R\$ 906.828 reais. O contraste torna-se ainda maior quando este valor é comparado aos dados da própria Fundação Vanzolini, que indicam cifra ainda menor que a citada pela Poli: R\$ 468.000 reais.

Os dados da Codage relativos à FUSP também foram contestados publicamente pelo professor Antonio Masola, mas por motivo inverso. Segundo o diretor-executivo da FUSP, os números apresentados nas tabelas da Codage são inferiores aos valores efetivamente repassados pela fundação à USP.